



# Panel

## Teoria, método e história na formação profissional\*

### JOSÉ PAULO NETTO\*\*

Em primeiro lugar, quero agradecer o convite da ABESS para participar desta XXIV Convenção. Um convite que, seguramente, é feito mais pela generosidade dos organizadores do que, propriamente, pelo tipo de contribuição que eu possa dar. Devo dizer que me sinto muito satisfeito por estar aqui, porque é sempre bom ter um contato com as chamadas forças vivas da profissão, e sobretudo honrado com o debate que, tenho certeza, vamos travar com meus fraternais e velhos amigos.

É evidente que o tema que me foi proposto é um tema extremamente ambicioso que, segundo a formulação do programa, é: "Teoria, método e história na formação profissional". Não tenho, nem de longe, a pretensão de esgotar nada disso. A minha conversa com vocês vai, sobretudo, tentar amarrar algumas coisas que me parecem claras, mas que são efetivamente polêmicas — até porque o conhecimento só se nutre mesmo, como dizia Lefebvre, "de ironia e de contestação". Penso que isto pode ser útil para nós não sairmos daqui com algumas posições fechadas, mas sim com algumas preocupações e, sobretudo, com algumas indicações de como solucioná-las.

Previamente, gostaria de dizer o seguinte: a discussão desses três eixos — teoria, método e história no quadro profissional — supõe, em primeiro lugar, que nós extrapolemos o quadro profissional. Pense-

---

\* Além dos professores José Paulo Netto e Vicente de Paula Faleiros, participou também do painel Teresa Quiroz, do CELATS, cuja participação não se encontra reproduzida neste texto.

\*\* Assistente social, formado em Letras e está se doutorando em Serviço Social pela PUC-SP.

mos um pouquinho sobre a formação profissional. Sem fazer essa moldura, parece-me, torna-se muito difícil pensarmos o Serviço Social, e essa moldura se caracteriza hoje para nós, no Brasil, enquanto profissionais, enquanto docentes, enquanto estudantes, por três traços que me parecem traços centrais.

Em primeiro lugar, a instituição básica da formação profissional — não é a única, mas é a básica — que é a universidade, encontra-se, e vocês vão me perdoar, vou repetir aqui um lugar-comum, um chavão, numa crise terrível. Não posso discutir a formação do assistente social, a docência e a discência em serviço social, se não discutir a crise universitária que o país vive hoje.

As universidades estão rebentando por aí. Não é casual que, neste instante, os professores de várias das Fundações estejam em greve. E seria uma visão muito mesquinha reduzir a luta dos professores ao mero problema salarial.

Há uma crise universitária no interior da qual nos situamos. E nesta crise universitária, que é antes de tudo uma crise institucional, trata-se de redefinir o papel da Universidade. Esta crise se dá no Brasil no momento de uma crise econômico-social, e este é o segundo ponto que deve ser realçado. Não estamos vivendo apenas uma crise econômica tradicional do capitalismo, a crise cíclica. Não é só isso: é uma crise que já se arrasta há pelo menos 10 anos, o colapso do chamado "milagre", que engendrou um quadro econômico-social que não parece ter muita saída a curto prazo.

E, em terceiro lugar, nós nos inserimos — além de estarmos numa instituição em crise, num país que experimenta uma crise econômica e social, que talvez é a mais grave da sua história — também numa crise do conhecimento com o qual nós operamos, o chamado conhecimento do social. Não é preciso fazer um grande esforço para resgatarmos isso. As duas grandes vertentes, digamos científicas — e logo vamos falar um pouco sobre essa questão do científico —, estão claramente passando por uma etapa de transição, onde elas estão perdendo muito da sua substância tradicional. Pensem, por exemplo, nas chamadas ciências sociais: a antropologia, a sociologia, a economia, todos os "ias" que andam por aí; exceto se fôssemos muito levianos, nós não consideraríamos que estas ciências — e eu gostaria que elas fossem vistas como ciências entre aspas — estão passando por dilaceramentos internos, por questionamentos dos mais sérios. Qualquer observador hoje, não apenas da universidade, mas da produção no campo do conhecimento social, nota claramente que as

categorias básicas com que estas chamadas ciências sociais operavam há 10 ou 15 anos estão hoje em xeque. E no outro lado o mesmo acontece. O reverso dessa medalha, ou seja, aquela outra grande fonte de inspiração do conhecimento social, a tendência ou a vertente marxista, também enfrenta dilaceramentos muito sérios. Há 20 anos atrás, bastava alguém se intitular marxista e as coisas estavam resolvidas. Hoje, há necessidade de adjetivar: marxista da tendência X, Y ou Z. Nós estamos inseridos num quadro, ou metidos numa arapuca — se os mais cétricos assim o quiserem — onde os nossos três parâmetros estão caindo pelas tabelas.

A instituição na qual nós operamos, como a principal agência de formação, passa por um processo de corrosão interna muito sério. Os quadros do nosso conhecimento social também sofrem esta corrosão e estamos numa realidade sócio-histórica que, no mínimo, é muito problemática.

Eu não quero me deter nesses três vetores; gostaria apenas de assinalá-los para insistir que nós não podemos discutir, enquanto assistentes sociais, enquanto fatores de um exercício profissional determinado, sem levar isso em conta.

Eu gostaria que essa moldura ficasse sempre no horizonte dessa discussão, à medida que ela incide diretamente sobre as coisas com as quais vamos lidar. E gostaria também de deixar claro já outra coisa; trata-se do seguinte: não é possível imaginar que a solução de todos esses problemas surja da própria Universidade. Não é ela que vai resolver isso. A Universidade é um vetor nesse quadro. É uma instituição de fundamental importância, mas a solução dessas três crises é uma solução que passa, eu diria predominantemente, fora dela. A Universidade é um momento, diríamos que é um cristal desse quadro; no entanto, não é o cristal determinante. A contribuição específica que a Universidade pode dar é a contribuição na constituição de uma nova cultura — entendendo-se cultura como um espectro muito amplo, não no seu conceito antropológico. Tratar-se-ia de a Universidade investir-se como construtora de novas visões de mundo — a Universidade não apenas no seu aspecto de transmissão de conhecimentos técnicos ou de inovações tecnológicas, mas como um caminho onde fosse possível rebater, fazer incidir aquilo que passa fora dela, adquirindo no seu interior uma coerência que é específica das funções do conhecimento. Neste sentido, gostaria de deixar bem claro que a Universidade é uma função determinada desse quadro de crise que atravessamos: não é a função determinante, é uma função determinada. Evidente que a solução desse quadro vai

se dar no chamado movimento social, mais exatamente no movimento das classes sociais. Eu não vou trabalhar sobre isso, assim como não trabalharei sobre aqueles três vetores, mas me parece que eles são, devem ser os norteadores da nossa reflexão.

Isso posto, suponho que devamos passar diretamente àquilo que deveria constituir o miolo, o caroco da nossa intervenção, que é o problema da formação profissional do assistente social.

Como é que se dá essa formação? Como é que essas crises, esses elementos críticos rebatem na formação do assistente social?

Estou convencido de que a formação do assistente social como um todo — levando em conta as instituições formativas e o âmbito institucional onde ele desenvolve o seu trabalho — sofre diretamente essas crises que eu mencionei. Tais crises repercutem no Serviço Social de uma maneira direta e indireta. De uma maneira direta, pelas demandas que a sociedade põe ao Serviço Social, entendendo-se por sociedade tudo aquilo que está fora da Universidade. Eu, aqui, poderia ter com vocês, hoje, uma conversa muito doutoral. Prefiro fazer algo mais terra-a-terra, para que procuremos amarrar com clareza, com nitidez, algumas questões essenciais. Por isto, vou chamar de sociedade, aqui, o mundo macroscópico que envolve a Universidade.

Pois bem, as crises que nós mencionamos rebatem diretamente na universidade, pelas demandas que o mundo macroscópico põe a ela. Há exigências no sentido da formação profissional que são as mais diversificadas e até as mais contraditórias. O nosso projeto profissional visa formar um agente, um sujeito de intervenção, com que objetivo? Com que fim? Para operar em qual sociedade? De que maneira? No fundo está o próprio desenho, o próprio projeto de sociedade que nós queremos. Que tipo de sociedade nós queremos? Que tipo de sociedade está se gestando hoje na vida brasileira? Quais as tendências mais consistentes que operam hoje na vida sócio-econômica e cultural brasileira? Então, diretamente, as demandas sociais imprimem o seu selo no desenho profissional e portanto, no projeto de formação que nós temos.

Mas, além disso, há demandas indiretas, há demandas que não aparecem claramente. Há demandas que são muito virtuais, eu diria até que, em alguns momentos, são demandas residuais. Por exemplo, nós preparamos, durante quatro anos, um determinado tipo de profissional; essa qualificação que, em princípio, ele obtém na Universidade, é a formação básica, que ele deve reciclar ao longo da sua intervenção profissional; no entanto, as realidades sobre as quais ele

atua são extremamente mutáveis. Quer dizer, o profissional que era, digamos, posto no mercado há quinze anos atrás, atendia a um projeto de formação que hoje se mostra inteiramente anacrônico. Agora, qual é a garantia que temos, neste momento, de que o projeto que estamos desenhando não vai ficar anacrônico daqui a uma ou duas décadas?

A questão, portanto, do rebatimento das demandas sociais não pode ser vista numa ótica puramente conjuntural, o atendimento das demandas hoje visíveis. Nós devemos identificar as demandas potenciais, as demandas virtuais, para inclusive atendê-las. Se não para atendê-las, pelo menos para preparar um agente profissional que tenha habilitação para identificá-las, visualizá-las e adequar-se a elas.

Há ainda um outro tipo de incidência daquelas crises todas que mencionei na formação profissional. Dada a especificidade da formação e da intervenção dos assistentes sociais — não quero absolutizar essa especificidade, mas me parece que a formação profissional do assistente social tem algumas características que a peculiarizam, que a singularizam — aquelas demandas e aqueles três vetores críticos rebatem e se refratam de forma a criar uma dúplice crise. Em primeiro lugar, a crise das instituições onde profissionalmente exercemos o nosso fazer profissional. Não é apenas a agência de formação ou a sociedade como um todo que está em crise. Não basta dizer isso; as instituições nas quais operamos, boa parte delas vinculadas pelo eixo da assistência pública (e acho que não é nenhum crime reconhecer que o assistente social opera sobretudo no bojo de uma linha onde o assistencialismo é o grande lastro. Penso que não devemos recusar essa herança e nem fechar os olhos a ela). Essas instituições, sobretudo no Brasil de agora, onde as reivindicações da cidadania se fazem sentir com uma pressão que nós desconhecíamos até há algum tempo atrás, essas instituições estão atravessadas, estão cortadas por elementos que as põem em jogo. Que questionam não apenas sua funcionalidade, mas questionam a sua própria existência. Não apenas os seus objetivos, mas a existência em si dessas instituições. Notem que isto introduz na discussão da formação do assistente social elementos que eu diria que são, no mínimo, complicadores sérios. E, a par disso — e eu gostaria de distinguir da crise das instituições —, há uma própria crise de fazer profissional do assistente social. Estou convencido de que são elementos diferentes, que são coisas diversas.

As instituições estão em crise, muitas delas inclusive estão colapsadas, existem apenas pela força da inércia. Outra coisa são as dificuldades os problemas, os dilemas da intervenção do próprio profissional. Frequentemente, nós identificamos esta crise das insti-

tuções com a crise da profissão. Eu não creio que sejam idênticas. Eu acho que isto coincide no tempo, isto às vezes se realiza no mesmo espaço, mas são crises de natureza distinta, inclusive por que uma profissão que periodicamente não se repensa, não se questiona, não indaga sobre a sua própria identidade, é uma profissão condenada. Nós parecemos estar livres deste tipo de problema: o próprio fato de nos colocarmos sempre em questão, de indagarmos, de colocarmos em xeque o nosso perfil profissional e a nossa identidade profissional, isto é muito salutar. Mas é claro que nós não podemos fazer isso eternamente.

Pois bem, o que eu tentei desenhar até aqui a grandes traços? Uma moldura maior que envolve as agências de formação, aqueles três vetores de crise. É uma moldura menor, que nos afeta enquanto categoria profissional, não só apenas os profissionais que já estão graduados, colaram grau e estão trabalhando, mas envolvendo na categoria profissional os futuros atores profissionais, os estudantes de agora.

Se essas duas ordens de argumentação são pertinentes, penso que elas nos permitem tentar agarrar como é que as três questões (que, em princípio, devem ser o meu tema) são tratadas na agência de formação. Ou seja, na escola, no curso superior de Serviço Social, submetido a esses condicionalismos que nós apontamos. Como é que se organiza, hoje, a discussão de teoria, método ou metodologia e história?

A verdade é que em mais de meia centena de cursos de Serviço Social que existem no Brasil, nós constatamos uma heterogeneidade verdadeiramente assombrosa. Se tomamos os materiais das escolas, nós identificamos algumas coisas comuns. Quando, porém, conversamos com os professores e examinamos os seus programas, vemos que esse traço comum é muito formal. E quando nos enfrentamos com os egressos dessas escolas, verificamos que estamos navegando num mar onde, embora os termos da comunicação sejam muito semelhantes, as pessoas falam coisas muito diferentes. Creio que um esforço no sentido de organizar tudo isto foi feito recentemente pelas entidades, e pelas chamadas autoridades competentes, passando pelo chamado Conselho Federal de Educação, as entidades profissionais, a ABESS, as escolas, chegando-se, há cerca de 2 ou 3 anos atrás, a um currículo mínimo, que foi produzido, penso eu, de um grande compromisso entre todos os setores profissionais. Sobre esse currículo mínimo há muita discussão, mas ele significa, em princípio, um avanço no sentido da equalização desse festival de teses, hipó-

teses, tendências e correntes do nosso meio. Naquele currículo, na proposta muito eclética nele contida, notamos que vão restar alguns escaninhos, algumas gavetas, onde a teoria, a metodologia e a história vão ser alocadas.

Nos 4 anos, na distribuição da carga horária da universidade, o aluno vai ter um contato com teoria, método e história do Serviço Social que se distribui de uma forma ou de outra, mas contemplando basicamente os seguintes conteúdos:

1. na história se trata do processo de institucionalização da profissão, como foram consagradas as práticas profissionais, como se deu a evolução dessa profissão;
2. no plano da metodologia, se trataria, em princípio, das estratégias de intervenção, dos modelos de intervenção e, em alguma medida, de fornecer alguns parâmetros para que o profissional consiga delimitar minimamente o campo de intervenção que lhe seria próprio;
3. e no plano da teoria, se discutiria eventualmente as categorias epistemológicas, as relações do conhecimento com a prática, as aparentes antinômias do conhecimento: teoria-prática, sujeito-objeto. Ou seja: nós teríamos nesta proposta, que já viceja entre as escolas, já ganha hegemonia entre as escolas, um rearranjo dos conteúdos que eram dados anteriormente.

É claro que, por trás dessa discussão do novo currículo mínimo, bem como das nossas discussões sobre teoria, metodologia e história do Serviço Social, se ocultam, em alguns casos, ou se manifestam, noutros, dois supostos. Eu gostaria de insistir nesses supostos, ou, se vocês quiserem, dois pressupostos.

Primeiro pressuposto: existe uma metodologia própria do Serviço Social; segundo: há uma estrutura científica apropriada pelo Serviço Social. Estes supostos são o pilar de toda essa construção. Penso que é hora de nós começarmos a pensar em dizer que não é bem assim, e aqui a coisa se torna um pouco polêmica. Vou contar uma historiazinha, que para mim exemplifica a discussão que nós vamos travar aqui hoje — e, seguramente, a minha colocação vai ferir algumas suscetibilidades.

Nos áureos tempos do Serviço Social que nós chamamos de tradicional — até meados dos anos 60; utilizemos esse referencial cronológico, que é precário —, procurar pela teoria de Serviço Social e, por consequência, pela metodologia, me parece mais ou menos aquele negócio de entrarmos numa sala escura, pintada de preto, com

óculos escuros, sem nenhuma saída, para procurar um gato preto. O gato preto é a teoria. Nós entrávamos ali na sala convencidos de que o gato estava lá — a teoria do Serviço Social. Muito bem: vem o chamado movimento de reconceptualização, faz aquela agitação, mexe com tudo; a partir daí, fica mais complicado entrar naquela sala. Nós entrávamos procurando o gato preto, mas sabendo que ele não existe. Passou a reconceptualização, a maré está baixando, as coisas estão voltando para o lugar; e eu tenho a impressão que, com o Serviço Social pós-reconceptualização, crítico ou com outros adjetivos entramos agora na sala escura, sabendo que o gato não existe, mas de 15 em 15 minutos, nós gritamos: peguei, peguei, peguei! Isso é muito sério. Parece brincadeira mas é sério. Porque de fato os últimos 20 anos colocaram em xeque precisamente esse gato preto. E eu particularmente me incomodo porque se nós já sabemos que ele não existe, há pessoas gritando — peguei! A fábula serve para me ajudar a estabelecer a crítica desses dois supostos.

O primeiro suposto é a tal estrutura científica, uma estrutura teórica de que o Serviço Social se serviria. Eu nem me ponho a discutir, porque acho que é uma discussão inteiramente impertinente, uma teoria gestada pelo Serviço Social. Isto, em princípio, deveria ser tema da nossa discussão, mas estou absolutamente convencido, até prova em contrário, de que nós não temos uma teoria do Serviço Social. A questão se desloca então para: quais são as estruturas científicas que respondem à pretensão de construir ou conferir uma teoria para o Serviço Social?

Eu vou atacar aqui um "gato", que parece morto há anos, e faz parte do nosso folclore pedagógico tacar pedra nele. É o gato do positivismo. Faz parte do ritual dos assistentes sociais mais modernos dizer: O positivismo... e aí pedras em cima do positivismo. A verdade é que o positivismo e todas as suas derivações continuam impregnando profundamente, impregnando essencialmente, impregnando estruturalmente a nossa visão de ciência e de teoria. Na verdade, creio que nós devemos discutir a própria noção de ciência social. Todo mundo sabe que essa noção se translada para o conhecimento da sociedade no século XIX, por uma clara e indiscutível influência positivista. Os pensadores do século XIX, para firmar a sua ruptura com toda a mística pré-iluminista, insistiam em que estavam fazendo ciência. Não há um investigador, sobretudo da metade do século XIX, que não diga: *Eu estou fazendo ciência*. Isso é visível desde um positivista como Spencer até o maior inimigo do positivismo, Marx. A discussão toda é — estou fazendo ciência. Ora, rigorosamente, o

que o conceito de ciência supõe? Supõe um conhecimento sobre um objeto, que, além de todas aquelas características que nós já conhecemos (ser objetivo, verificável etc., etc. tem duas características inelimináveis. Primeira característica: permite um controle sobre o objeto. Ele permite controlar, em alguma medida, o objeto estudado.

Segunda característica, que embasa a que acabei de citar: permite uma previsão do envolver do objeto. Controlar supõe que eu possa projetar o comportamento do objeto. Sem essas duas noções, o conceito da ciência se esvazia. É evidente que essas duas noções não são exatas. Na verdade, nós sabemos hoje, depois da fissão do átomo, do conhecimento das estruturas moleculares etc., que não existem ciências exatas. No entanto, a controlabilidade e a previsibilidade, numa medida dominante, fazem parte inalienável, inextirpável da idéia de ciência.

Quando nós falamos em ciência da sociedade, nós tendemos a amenizar esses dois componentes. Quando falamos em ciência da sociedade, na verdade, nós operamos uma das três manobras que eu cito a seguir.

Primeiro, nós reduzimos o fenômeno social. Passamos a ter uma visão reductionista do fenômeno social. Com uma visão assim reductionista, reduzindo, deixando de lado, marginalizando a sua complexidade, é possível falar-se em controle e em previsibilidade. Mas, evidentemente, a realidade acaba por infirmar esses desejos. Quando não se opera esse reductionismo, faz-se algo pior. Faz-se uma analogia do ser social com o ser natural, como era do gosto do positivismo clássico: as visões organicistas, auto-reguláveis etc., da sociedade. Então, quando eu penso a sociedade como um organismo, aí sim, eu posso fazer uma previsão. Aí eu posso controlá-la, ou melhor, eu posso pretender previsões e controle. Em terceiro lugar, o que é mais sofisticado, e é o que acontece hoje, diz-se o seguinte: existe ciência social sim, só que não é a mesma ciência da natureza. O conceito de ciência aplicada à sociedade é diferente. E a diferença reside precisamente em tirar desse conceito as características de controle e previsão. Ora, usar dessa forma o conceito da ciência para aplicá-la aos fenômenos sociais, me parece absolutamente ilegítimo. Nós continuamos patrocinando a ilusão da cientificidade do social. O que me parece ilegítimo é defender que há um conhecimento do social, que é objetivo na medida em que é verificável. Mas que é objetivo segundo pontos de referência que tomamos no ponto de partida. Um conhecimento que nos permite identificar algumas regularidades sociais, algumas freqüências reiterativas nos fenômenos sociais, que nos possi-

bilita apreender a sua gênese, que nos propicia identificar os seus movimentos, os seus padrões de reconstrução; mas que não nos permite estabelecer controles seguros ou previsões verificáveis. Trocando em miúdos, me parece que nós devemos deixar de lado a idéia de uma ciência da sociedade que conseguisse estabelecer, recortando o real, objetos específicos com leis próprias. Na verdade, me parece que nós podemos defender um conhecimento do social que seja um conhecimento estritamente teórico. E entendendo-se com muita precisão o que é esse conhecimento teórico: um complexo sistemático de proposições relacionadas, que se autoderivam, de auto-explicam e se auto-implicam. Eu diria um complexo sistemático de proposições verificáveis (há que verificar, há que testar, há que comprovar) concernentes à estrutura dinâmica, ao modo de ser e de se reproduzir de um determinado ser social, especificamente o ser social posto pela dominância do modo de produção capitalista, o ser social burguês. É claro que, neste sentido, visualizar o conhecimento teórico do social comporta claramente teorias setoriais. Pensar o social é impossível se nós o tratamos em bloco. São perfeitamente legítimos os cortes na realidade social, as abstrações operadas no processo social para trabalhar com mais cuidado, mais detidamente um determinado nível do social. No entanto, esses cortes, essas teorias — que, à falta de outro nome, chamo aqui de setoriais — estão subordinadas à matriz teórica maior, que explica ou que procura explicar este modo de ser e este modo de produzir-se do ser social. Assim postas as coisas, fica claro que a teoria social não é uma matéria, uma disciplina ou uma ciência específica; ela concerne à compreensão da totalidade social, dessa totalidade em movimento que supõe objetividade, indivíduo, cultura, sociedade, economia, constituindo a substância da história.

Se este encaminhamento é correto — e eu pediria a vocês que, a título precário, o considerassem correto só para eu concluir o raciocínio — a questão do método, a questão do substrato metodológico não é algo que se possa escolher como quando nós vamos ao supermercado. Eu não sei se vocês têm a seguinte pergunta: você já escolheu a sua perspectiva metodológica? Você já escolheu o método que vai aplicar? Isto é fantástico. Existem métodos, as metodologias, a gosto do freguês — nós escolhemos e aplicamos. Evidentemente, isto é uma contratação. O método não é um componente aleatório, não é um objeto de eleição de escolha arbitrária. O método, na verdade, é uma relação necessária entre o sujeito que investiga e o objeto investigado. Quando eu digo necessária, quero usar toda força do termo; é uma relação necessária à medida que, para abordar um fenômeno-

no determinado, e abordá-lo na sua verdade constituinte (porque a verdade dos fenômenos não está dada, ela é uma verdade que se constrói na história dos fenômenos) só uma perspectiva metodológica é adequada. O método é como que a equação da razão constituinte entre o sujeito e o objeto. Evidente que isso remete a um problema de maior fôlego. Na verdade, não existe o "supermercado metodológico" que, nas faculdades, se diz aos alunos que existe: o método positivista, o método funcionalista, o método estrutural-funcionalista. Isto depende de muito do gosto do freguês e do professor. Na verdade, na nossa cultura — entendendo-se aí a cultura posta pelo ser social burguês —, existem fundamentalmente duas matrizes metodológicas: a primeira, é a matriz positivista; e eu quero deixar bem claro que se reúnem ali no Túmulo da Humanidade, que, se eu não estou enganado, fica em Botafogo, uma vez por semana, ninguém mais defende isso. Faz parte também do nosso folclore descer a lenha, descer o porrete em Comte. Acontece que o positivismo não é uma escola, como o aprendem os manuais de sociologia. O Positivismo é uma tendência necessária que a sociedade capitalista põe à sua apreciação. Aqui, para que eu me fizesse claro, teria que discorrer sobre alguns fenômenos que seguramente são do conhecimento de vocês — todos eles, sobretudo, postos pelo fetichismo da mercadoria, analisado lá no parágrafo 4.º do 1.º capítulo de *O capital*. Sou obrigado a me restringir muito, supondo que isto deva ser objeto do nosso debate, sobretudo da nossa preocupação posterior, e insistir num elemento; a sociedade burguesa reveste os fenômenos sociais com uma objetividade que lhe é própria. É só nesta sociedade que os fenômenos sociais adquirem a aparência de coisas. Quando se pensa em capital, pensa-se em quê? Equipamentos, máquinas, dinheiro. Capital não é isso. Capital é uma relação social. No entanto a dinâmica dessa sociedade põe necessariamente esta aparência, é claro que ela é uma aparência obrigatória. O fenômeno social é um fenômeno global. Sem essa aparência de coisa, a sociedade capitalista não poderia funcionar, não poderia existir. Isso não é uma conspiração dos capitalistas para enganar os outros, faz parte da dinâmica intrínseca, imanente, dessa sociedade. Ora, esse fenômeno, que encontra a sua raiz nuclear na circulação mercantil, na troca mercantil, e que se espalha para todas as instâncias sociais. E o positivismo, tomado no seu sentido mais exato, consiste precisamente em o pensamento não se liberar dessa trava, em o pensamento não ultrapassar essa aparência coisificada dos fenômenos sociais.

A primeira grande matriz para apreender o fenômeno social da nossa sociedade é o positivismo. Ele não morreu com Comte, ele se prolonga na grande tradição durkheimiana. Todos se recordam de Durkheim, lá nas *Regras do método sociológico*: "Tratar os fatos sociais como coisas" — isto vem até o estruturalismo contemporâneo, que era, já não é mais, mas era o *denier cri* da Universidade Francesa.

O que é isso? Isso é precisamente a cristalização do positivismo, entendido, notem bem, não como aquela construção teórica de Comte mas como a tendência a uma recepção dos fenômenos sociais tomados na sua mediaticidade.

A outra vertente metodológica, evidentemente, é inspirada em Marx. Eu insisto em dizer que não é a marxista, é a inspirada em Marx, e a razão é simples; porque nessa sociedade não existe um muro separando os investigadores e as idéias.

Essas duas tendências colidiram, trocaram influências, se penetraram e vêm se interpenetrando ao longo dos últimos anos. Elas fazem parte do nosso "caldo cultural". Então, o chamado marxismo, a herança de Marx, no positivismo, assim como o positivismo rebateu, incidiu no interior do chamado marxismo. A segunda vertente, eu não diria que é o marxismo, que até pela introdução, já está precisando ser adjetivada — também as coisas não são muito claras, nem todos os gatos são pardos na noite marxista, há diferenciação.

Se eu me volto para pensar o Serviço Social, começo a ver que aquele esquema que tracei antes — de que nós vamos ter uma teoria, uma história e um método — está diretamente ligado a quê? A concepção positivista que não tem mais nada que ver com Comte, aparentemente, mas que é a concepção funcionalista, estrutural-funcionalista, ou do estruturalismo *stricto sensu*; de supor que eu posso cortar um fenômeno da realidade, abstrair-lo, estudá-lo em si e depois reme-tê-lo, reenviá-lo à totalidade social. Eu suponho que posso construir um objeto de pesquisa. Quem não se lembra dos manuais muito bem encaminhados para determinar o objeto de pesquisa? Eu construo um objeto de pesquisa, estabeleço hipóteses e vou verificá-las. É evidente que, nessa ótica, eu posso ter a permutabilidade dos métodos, evidente que nessa ótica eu posso dizer o seguinte: ora, as grandes leis históricas da dialética servem para que eu trate de uma sociedade como um todo, mas não me explicam o indivíduo, ou a subjetividade. E aí eu recorro ao arsenal existencialista, ou, por exemplo, ao arsenal das velhas metafísicas ou, se vocês quiserem, ao arsenal da fenomenologia. Isto é um bocado engraçado. Não sei se vocês se divertem com isso,

mas eu me divirto muito, até porque uma das boas coisas da vida é a gente rir. É o caso daquele assistente social que é marxista na consideração das lutas de classes da história, mas na hora em que vai estudar relação profissional, pensa o "cliente", e acha que essas coisas vão bem. Vão bem na sua cabeça. É evidente que no real isso é incompatível. Isto conduz e tem conduzido ao ecletismo. Mas, no nosso caso, o que subjaz àquela formulação primeira — que é possível a metodologia, a teoria e a história — é precisamente esta concepção. A concepção de que eu posso recortar na realidade um quadrado ou triângulo ou um losango, e a partir dele elaborar uma série de determinações abstratas que, quando eu as reinsero na realidade, eu estabeleço as conexões e estamos conversados. Evidente que por trás disso está a noção de totalidade social como soma das partes.

É evidente que o que está por trás da noção de uma teoria do Serviço Social e de uma metodologia do Serviço Social é algo muito preciso. É a idéia de que o objeto do conhecimento é posto pelo sujeito. Ou seja, o sujeito estabelece o objeto sobre o qual vai elaborar. Daí derivam duas noções que eu gostaria abertamente de combater e de debater com vocês: a idéia de que teoria é qualquer sistematização abstrata da prática. Você sistematiza a sua prática e está fazendo teoria. Isso é um terrível equívoco; a sistematização da prática é mais do que necessária para que ela não se reitere aleatoriamente, mas isto não é teoria. Eu insisto porque isso está na base de muitas das coisas que nós fazemos e falamos. Eu me recordo de que trabalhei numa entidade de ensino, há alguns anos atrás, onde se dizia que o trabalho do aluno no 4.º ano, o célebre TEC ou TCC, devia ser a sistematização da prática. E se afirmava isto para combater o empirismo! Isto é a fina flor do empirismo, não transcende em nenhum momento o limite do empirismo. Teoria não é a sistematização abstrata da prática, e nem qualquer arrolamento de determinações sobre um fenômeno qualquer. E, em segundo lugar a questão do método. Como é que o método é pensado entre nós? Não apenas como aquela já referida escolha aleatória; mais e mais, ele é confundido em três níveis. Primeiro nível: confunde-se método de investigação com método de exposição. Uma confusão que já foi desfeita há cento e tantos anos. Em 1857 essa confusão foi desfeita, quando Marx claramente sugeria que método de exposição é uma coisa, método de investigação é outra. No entanto, nós os identificamos. Vamos dar uma paradinha e ver qual é a nossa prática? Como é que se faz, na maioria das instituições acadêmicas, para conseguir um lugar no mestrado, ou num doutorado? Faz-se um projeto de pesquisa. E, no projeto de pesquisa, vem o quê?

A linguagem muda, mas o esquema é o mesmo: objeto, método e hipóteses.

Estou convencido, mas posso estar enganado, de que o maior trabalho teórico sobre a sociedade capitalista foi feito por Marx. Quais eram as hipóteses com que Marx abordou o seu objeto? Se vocês quiserem conhecer as hipóteses dele, tomem aqueles longos manuscritos de 1857/58, os *Grundrisse*, publicados em 1939/41. Sem eles, Marx não teria escrito *O capital*. *O capital* apresenta o método de exposição daquilo que está investigado ali, e ali se entrecruzam hipóteses macroscópicas, microscópicas — as hipóteses são superadas, são mexidas, são abandonadas. Nós vamos nos aproximar do objeto já construindo hipóteses. É claro, supõe-se, que há um conhecimento prévio; de qualquer maneira, as formalizações são indevidas. E essas formalizações vêm de onde? Da confusão entre método de exposição e método de investigação. Isto, evidentemente, é a típica pauta positiva, o formalismo é uma das características do positivismo.

Mas o segundo nível de confusão é mais sério. Supõe-se que o método é uma pauta determinada de procedimentos para conhecer alguma coisa — daí a idéia de “aplicar” o método. Se o método é, na verdade, a relação constituinte, necessária e objetiva entre o investigador e o objeto investigado, é evidente que não posso “aplicar” método do mesmo jeito que aplico injeção na veia.

Mais grave é a terceira confusão. Confunde-se método como pauta de intervenção, ou seja, como estratégia de intervenção, como estratégia de ação. É evidente que as estratégias de ação são intercambiáveis. Elas são selecionáveis — eu posso escolher as estratégias de ação alternativas. Mas isso não é método. Algumas pessoas tendem a reduzir a questão dizendo: Bom, mas nós chamamos a isso metodologia de ação. Podem até chamar, mas não tem nada a ver com método. Isto é um conjunto de procedimentos prático-empíricos, prático-ímmediatos, implementados para atingir determinados resultados. E é evidente que aí há um elenco a escolher, e o profissional é tanto mais competente quanto mais controla esse elenco sobre o qual ele pode optar. Porém, isto não é metodologia.

E por que é que nós estamos sempre atolados nessa discussão? Porque o nosso ranço positivista nos leva a só conferir fundamento de legitimidade a nossa profissão se tivermos estrutura científica e método próprio, ou uma metodologia da qual nós nos apropriamos. Imaginamos que o que dá legitimidade à profissão seria uma hipotética teoria ou uma hipotética estrutura científica e metodológica. Evidente

que isto rebate em nós como consequência da sociologia, num primeiro momento — quando os sociólogos precisavam afirmar que a sua era uma ciência, e o fizeram, eles conquistaram o reconhecimento público. Eu me indago aqui, e a toda hora, se Florestan Fernandes — que é, indiscutivelmente, o maior cientista social desse país — adquiriu legitimidade porque ele opera com ciência. Evidente que não. A legitimidade da sua intervenção advém de outra fonte, assim como um conjunto de profissões que está aí na nossa sociedade não é legitimado pelo caráter científico ou não das suas intervenções. O que tem legitimado a nossa profissão, primeiro, é uma consagrada divisão social do trabalho. Sem pensar a divisão social do trabalho, não se pensa profissão nenhuma, muito menos a nossa. É aí que nós podemos localizar a fonte de legitimação e, sobretudo, no atendimento a demandas, sejam elas institucionais ou não. Eu tenderia até a dizer que é preciso enfatizar um pouco as demandas não institucionais. Ora, é esta sede de legitimidade, esta fome de legitimidade que freqüentemente nos leva a desenvolver uma retórica e uma política científicistas.

Bem, antes de terminar minha exposição, quero fazer um passeio sobre toda essa conversa para agarrar aquilo que pode nos remeter à nossa discussão primeira. O que tentei dizer aqui, até agora, é que não existe uma ciência social: existem teorias sociais — algumas com pretensão a ciência. E essas teorias só merecem este nome — dada aquela própria caracterização que ofereci do conceito de teoria: complexo sistemático concernente etc. que se referem ao fenômeno social tomado enquanto processo da totalização, enquanto totalidade (o que não exclui abordagens setoriais, desde que submetidas a essa abordagem macroscópica).

Para as ciências sociais derivadas da vertente positivista, os problemas se põem de forma distinta, precisamente como se põem aos assistentes sociais na sua maioria: como se tivéssemos uma teorização específica, uma metodologia específica — no fundo, como se pudéssemos construir um objeto de intervenção. Primeiro se o constrói no plano ideal pela via da abstração, depois sai-se em busca dele na realidade. Freqüentemente a busca é decepcionante. Se todo esse encaminhamento precário que eu dei à discussão é verdadeiro, parece-me que na formação profissional, aquelas três rubricas têm um sentido. Não aquele conteúdo que eu mencionei antes, eu não sei se vocês se lembram — aquilo que dizia como que está à disposição nas gavetas. Mas a mim parece que as três rubricas consagradas pelo currículo mínimo podem receber um tipo de conteúdo que nos permita dar um giro na formação profissional do assistente social aqui e agora.



Em que consiste isso? Consiste, em primeiro lugar, em promover — e eu sei que isso é complicado, que não é fácil na realidade dos cursos e das programações, mas é possível, é viável — uma integração horizontal e vertical das disciplinas de método, subsidiando-as através de uma outra disciplina chamada filosofia.

Na disciplina de método, inserir qual conteúdo? Insistir na discussão das duas grandes matrizes metodológicas do nosso tempo: a inspirada em Marx e a positivista. Entendendo-se, por favor, positivismo não como escola comtiana, mas como aquele veio que toma o fenômeno social na sua imediatividade; e, portanto — não se assumem — Max Weber, embora tenha sido um eterno inimigo do positivismo, não ultrapassa o campo do positivismo (para não pensar, por exemplo, em Talcot Parsons, em Karl Mannheim, e estou citando propositadamente figuras de nível muito diferenciado). Tomar a vertente positivamente vista, trabalhá-la por dentro, mostrar qual é a diferenciação entre funcionalismo e estrutural-funcionalismo etc. e tomar a outra matriz, estudar a vertente inspirada em Marx. É claro que eu penso tal estudo sem nenhuma concessão aos manuais de qualquer espécie. Estou convencido que é tão ruim um curso da metodologia inspirada em Marx valendo-se de manual quanto trabalhar apenas o positivismo comtiano. É preciso voltar às fontes originais.

No curso de teoria do Serviço Social — aquele “gato preto”, que eu tenho certeza não existe, mas todo mundo está pegando — penso que devíamos fazer uma análise cuidadosa das sistematizações abstratas da prática que temos até hoje, e que não são poucas. Por exemplo, Mary Richmond. Eu acho que é importante estudar Mary Richmond hoje, não como teoria, mas como sistematização abstrata de uma prática. Trabalharíamos por dentro a obra de Mary Richmond, desmontando-a por dentro. Trabalharíamos a teoria pensada como uma análise imanente das formulações abstratas da nossa prática profissional e dos vários modelos de intervenção que foram colocados nela especialmente nos últimos anos, porque há uma formalização importante, e que tem que ser debatida.

E, na parte da história, iríamos estudar precisamente o contexto histórico-social donde emergiram aquelas formulações abstratas da prática profissional e aqueles modelos. Não sei se me faço entender: essas três disciplinas — essas três matérias, dêem o nome que quiserem dar — elas tematizariam, e aí eu me permito recorrer à terminologia já consagrada, objetos diferentes. A metodologia trataria dos métodos de conhecimento social, e só há duas grandes vertentes na nossa sociedade: a positivista e a inspirada em Marx. A teoria do Serviço Social,

ao invés de ficar agarrando o “gato” que não existe, trataria de fazer uma análise crítica das formulações abstratas da nossa prática, inclusive separando aquilo que é formulação do profissional de Serviço Social daquilo que ele recebe de outras contribuições teóricas. A história amarraria o contexto sócio-cultural e sócio-político onde foram estabelecidas tais sistematizações abstratas.

Para terminar, eu queria dizer que isso me parece viável agora. Se nós pudermos modificar essa massa meio amorfa que são os nossos currículos na prática, nós podemos modificá-los com propostas alternativas. Isto é perfeitamente factível, mas depende, naturalmente, de algo que o assistente social — pelo menos o da minha geração para frente; para trás eu não sei, eu saí da escola em 1969 — frequentemente desprezou soberanamente: análise política. Sempre que nós falamos em política, as pessoas pensam logo no PMDB, no PT, no PDT, no PCB; é bom que pensem, isso também é política. No entanto, há que se entender política como uma vinculação efetiva e criadora ao real. A vinculação aquilo que está em efervescência na sociedade. Sem esta vinculação, sem esta intervenção, esta intervenção política no sentido mais amplo da palavra, que pode passar ou não pelos partidos políticos, sem essa vinculação política vai ser impossível fazer com que esta profissão se autogira, fazer com que ela seja autônoma. Nós ficaremos sempre numa relação de heteronomia, ou seja, o que rebate nas outras profissões, nas outras instâncias profissionais, nos outros buraquinhos da Universidade que chegam a nós — e nós estamos aí engolindo o moderno.

O que é necessário é fazer política para poder fazer análise política dentro das nossas escolas, identificar as correlações de poder dentro das nossas escolas, dentro das instâncias sociais, das agências governamentais. Ou vocês acham que um currículo é aprovado inoportunamente com todo mundo com as mãos no paraíso? Evidente que jogam aí os maiores interesses, inclusive das faculdades privadas que viraram um grande negócio nesse país, dos cursos superiores privados. Nós precisamos politizar a profissão nesse sentido. Há que fazer política profissional, há que valorizar o sindicato, as associações da classe, as instâncias como ABESS e tantas outras. A política profissional passa por aí, passa pela sala de aula, pelo departamento de estágio. Se nós tivermos esta vinculação com o real, que é uma vinculação mediatizada pela política, nós seguramente vamos ter condições para três coisas. Primeira: enfrentar o pluralismo emergente na nossa profissão. Poder discutir com as pessoas que têm posições diferentes e, afinal de contas, não levá-las à fogueira da inquisição.

Entre nós, o dissentar é quase um crime. A oposição, discussão teórica, a discussão política, é algo em que as pessoas são levadas ao pelourinho. E observem que não há muita diferença entre o pessoal mais progressista e o mais atrasado; a minha experiência é de que o jogo é mais ou menos o mesmo. Há que brigar contra isso, há que respeitar a diferença e instaurar um real pluralismo entre nós.

Em segundo lugar, vamos descobrir algo que me parece essencial: é que não somos o umbigo do mundo, ou seja, não somos os profissionais mais importantes do mundo. Os nossos cursos não são alavancas arqui-médicas da transformação etc. Existem algumas outras realidades — os sindicatos, agências da sociedade civil, partidos políticos, Igreja. Quando descobrimos que não somos o umbigo do mundo, procuraremos formas de articulação. Procuraremos não descolar do movimento real.

E, em terceiro lugar, nos permitirá fazer aquilo que eu acho que é extremamente saudável: não ter medo de enfrentar os nossos problemas. Enfrentá-los de forma pouco diplomática, às vezes até grosseiramente. A nossa profissão tem cicatrizes históricas, tem várias cicatrizes históricas. Nós não avançamos se formos cobrir essas cicatrizes. Não há que ficar coçando-as para que elas não cicatrizem nunca, mas também não há que esconder. Não há por que esconder o histórico compromisso com as elites. Não há por que esconder o nosso histórico alheamento da luta política. Não há por que esconder esse passado, ele é nosso. Nós devemos resgatá-lo, recuperá-lo, e não querer, a partir desse momento, criar uma nova profissão. Nós somos também o nosso passado, mas somos o nosso passado transformado. É nessa medida que acho que vale a pena investir numa forma alternativa de formação dos profissionais, mas alternativa não é fora da faculdade. É transformar a faculdade numa arena de luta. É transformar a disputa pelos conteúdos programáticos num enfrentamento de idéias. Neste sentido, eu, que em anos passados já fui adepto de movimentos extra-institucionais, estou convencido de que os movimentos extra-institucionais são fundamentais, mas eles são absolutamente insuficientes para nos tirar do buraco em que nós nos encontramos hoje. E é um buraco que, suponho, nós podemos figurá-lo da seguinte maneira: nesses 56 lugares (cursos de Serviço Social no país), há muita gente reclamando de um mal-estar que todo mundo sente, mas cada um põe nas costas dos outros a culpa por esse mal-estar coletivo. Eu penso que podemos, se em cada um desses 56 lugares arregarmos as mangas e demonstrarmos através de uma crítica impiedosa, sem complacências, porém civilizada, nós podemos dizer:

— Olha, não tem “gato preto”; quem está dizendo “peguei peguei”, está se enganando ou, o que é mais grave, enganando. E aqueles que ainda acham que vão procurar o “gato”, entrarão na sala escura e não vão sair mais.

## VICENTE DE PAULA FALEIROS\*

Prezadas mulheres, homens, querida Teresita, meu caro José Paulo, o nosso debate realmente é muito importante. Não tenho uma divergência com o que foi colocado, mas apenas uma diferença de ângulo. O ponto de chegada do expositor é meu ponto de partida, mas para abordá-lo vou retomar seu artigo “A propósito da disciplina de metodologia” publicado por *Serviço Social & Sociedade*, n.º 14, p. 5-15. Em primeiro lugar, quero destacar a tese do Professor José Paulo Netto, aqui exposta, de que há uma exclusão entre as chamadas ciências sociais e o marxismo. No entanto a maneira como coloca a exclusão, em seu artigo (aliás, sempre com brilhantismo) dá a idéia de que estas posições teóricas excludentes seriam dois processos em pugna, mutuamente exclusivos. Na exposição de hoje falou-se um pouco da interpenetração do marxismo e do positivismo. Minha colocação vai no sentido de situarmos a relação entre positivismo e marxismo em termos de superação, ou seja, a luta teórica entre o marxismo e o positivismo é um processo histórico, em que o marxismo retoma do outro um ponto de vista, indo mais além, pois coloca uma visão da sociedade historicamente diferente apresentando ângulos e aspectos que o outro não vê, na perspectiva da negação da sociedade atualmente existente.

Outro ponto levantado no artigo em questão é o da competência, cuja importância é salientada. Considero o artigo um pouco obscuro, na definição da noção de competência, pois dá a idéia de uma visão positivista da competência, no sentido de se constituir por determinadas técnicas. Na palestra de hoje o autor estabeleceu melhor a relação entre teoria e metodologia.

Em terceiro lugar surge a questão do compromisso político, que também me parece pouco clara no artigo mencionado. Afirma o autor que o compromisso é a atual doença senil da reconceitualização, e que

\* Assistente social, doutor em sociologia e autor dos livros: *Metodologia e ideologia do trabalho social*, *Política social do estado capitalista e Saber profissional e poder institucional*.

já foi sua a doença infantil. No entanto, ao final de sua conferência, José Paulo Netto defendeu o compromisso com os movimentos sociais. Esta é uma questão que precisa ser esclarecida. O expositor coloca o problema da análise desse compromisso do ponto de vista estrutural, acentuando o caráter "necessário" do movimento do capital, onde se coloca pela própria dinâmica estrutural. No começo de sua conferência o autor destacou, no entanto, a crise conjuntural e eu penso que é por aí que os assistentes sociais se relacionam com os processos e mediações que se dão na sua prática institucional, que reflete as lutas de classes no seu movimento histórico.

O tema das lutas de classes não foi tocado pelo expositor. É a partir desta abordagem que reside minha diferença com o conferencista e é a partir dela que vou situar a questão da metodologia, da teoria, da história do Serviço Social.

O conflito entre positivismo e marxismo se dá no processo das lutas de classes, que não são lutas mecânicas entre um bloco e outro, separados teoricamente. Trata-se de uma luta complexa que se constitui pela formação de alianças, de divisões, de rupturas ideológicas e políticas de um bloco e adesões a outro bloco. Nós, assistentes sociais, estamos inseridos no bloco dominante, mas não de forma mecânica. E, justamente, a história do Serviço Social deve mostrar em que bloco político surge o Serviço Social. Por exemplo, a *Charity Organization Society*, no final do século passado, na Inglaterra e nos Estados Unidos, inscrevia-se no bloco mais reacionário da sociedade. Era o bloco que reagia ao movimento operário, que reagia ao revisionismo, aos fabianos, a Bernstein. A origem do Serviço Social como profissão é a mais reacionária na história das idéias sociais, e ela aparece no movimento histórico em que o movimento operário começava a ter mais força política, e em que o liberalismo já não dava as respostas necessárias a essas lutas. Vejamos agora a questão da teoria e da metodologia. Meu livro de metodologia se chama: *Metodologia e ideologia*, e propositalmente não o denominei *Teoria*. O que realmente mostro são perspectivas do Serviço Social historicamente situadas, em conflito, e é importante entendermos nossa profissão, nessa luta e nesse movimento, que é ideológico-político e em consequência intelectual, teórico, num sentido amplo.

E para entendermos o Serviço Social hoje, é necessário que a história coloque a profissão nessa luta, nesse processo. Nos Estados Unidos, quando Mary Richmond fundou a escola de Serviço Social em 1899, ela representava uma proposta mais reacionária que a de Mary Follet e que a de Jane Adams, embora as três trabalhassem com

procedimentos sociais ou caritativos. Richmond defendia a reforma do caráter, enquanto que Mary Follet e Jane Adams defendiam melhoria nas relações industriais, a harmonia social e a administração dos conflitos sociais.

Na história do Serviço Social na França, temos o mesmo processo. A marca católica da profissão carrega justamente uma resposta extremamente reacionária aos movimentos sociais.

Quanto ao Brasil, o livro de Marilda Yamamoto e Raul de Carvalho traz uma contribuição importante que mostra a reação católica, nos primórdios do Serviço Social profissional e que não vou repetir aqui.

Nessas lutas é que se formulam os modelos, categorias ou perspectivas de análise e ação do Serviço Social, na luta política em que a burguesia tenta desenvolver o seu projeto de hegemonia junto às classes dominadas. Esse projeto hegemônico é que articula uma visão de mundo, que se utiliza, inclusive, do positivismo. O Serviço Social é um processo bastante complexo de uma luta, "para armar as consciências das pessoas" (parafraseando Fidel Castro). Teresita Quiroz contou-me que os americanos estão implantando um mestrado em Serviço Social em Santiago, no Chile, financiado diretamente por Washington, em convênio com a Universidade Católica de Washington e com a perspectiva mais tradicional da profissão. E por que isso? Há uma luta política para se contrapor ao mestrado latino-americano progressista de Honduras. Um projeto desse tipo se situa numa correlação de forças internacionais. Descobrir as correlações de forças e fazer a crítica delas é função da teoria.

A teoria consiste fundamentalmente na crítica e na busca do fundamento. Ela não está pré-estabelecida. Marx, quando se propôs a teorizar sobre a economia, denominou seus estudos de: "Crítica da economia política". A crítica, ao mesmo tempo que é negação do estabelecido, é busca do fundamento. Marx chamou também de *Fundamentos* a seus apontamentos. A busca do fundamento é o processo que permite retomar não só as origens, mas a estrutura, a complexidade da história. A função da teoria é essa, permitindo desvendar a correlação de forças no contexto, na totalidade contraditória.

E como se situa a metodologia? Na medida em que tentamos des- cobrir a correlação de forças e o fundamento crítico dessa correlação, precisamos passar para análise da correlação de forças agora, e das alternativas e estratégias que as forças exercem umas em relação às outras. A metodologia é esse processo de análise e ação política

(como foi assinalado pelo Paulo Netto), e que venho defendendo há muito tempo. É justamente um confronto de estratégias e táticas das forças em presença, para refletir não só a ação imediata, mas as consequências políticas dessas alternativas, estratégias e táticas em função dos interesses em jogo, dos interesses e articulações de classes. O processo metodológico implica a análise política da conjuntura e da estrutura, da correlação de forças, das consequências da ação de uma força em relação às outras. Como a própria história mostra, o Serviço Social num determinado momento foi uma força reacionária, que tinha determinados objetivos em relação a outras.

Na perspectiva aqui esboçada a própria ciência é uma instituição histórica. A ciência não constitui um saber isolado, mas se inscreve na luta ideológica como uma visão de mundo imposta por organização social articulada. A burguesia não conta somente com sua organização política e administrativa, mas com sua organização científica. Para o operário, por exemplo, é difícil defender seus interesses numa organização científica, ou até quase impossível já que elas estão articuladas em torno de projeto de sustentação do próprio desenvolvimento do capitalismo. A ciência é uma instituição, um saber articulado a um determinado poder. A medida que queiramos também fazer ciência, precisamos nos situar nesse contexto de uma forma crítica. Nesse sentido é que se pode pensar a ciência como organização estabelecida para se fazer ciência. Acho que o movimento de reconceituação do Serviço Social contribuiu muito para a crítica à neutralidade, a crítica ao positivismo, a crítica à lealdade institucional, a crítica à organização da ciência.

No entanto, como ficou assinalado por Alba Carvalho em seu livro *A questão da transformação* o movimento de reconceituação é muito diversificado. Não existe uma só tendência, mas um conjunto de tendências, de posições. A corrente em que me situo (já delineada no Chile juntamente com Teresita Quiroz) parte de uma crítica do saber burguês, e de uma aliança com os trabalhadores. E é nesse sentido que pensamos fazer ciência, como uma troca de saberes, na relação com o próprio saber popular e que se constrói na correlação de forças de uma sociedade de classe.

A produção do saber, assim, não se limita a uma simples reprodução do saber da burguesia, mas constitui um processo dinâmico de lutas e enfrentamentos. Sabemos que o povo sabe, mas, muitas vezes, não sabe como nós definimos o que deva ser o saber. O processo da crítica e da construção do saber, é uma troca constante dessas distintas visões e desses distintos pontos de vista. Nesse debate estamos

com pontos de vista diferentes, a enfocar o mesmo problema, e isso nos enriquece, ao invés de nos empobrecer, passando-se o mesmo na dinâmica do encontro com a população.

Na medida em que nos colocamos determinadas questões com as quais o povo está se enfrentando no cotidiano, como as questões da fome, da miséria, da casa, a da assistência, é possível analisá-las de distintos ângulos, de distintos pontos de vista, para se ver como a burguesia e suas frações, o proletariado e diversas organizações, estão encarando esses problemas. É possível ver como a população os encara, confrontando seus pontos de vista com os interesses burgueses e os seus próprios. Nós participamos desse processo, não de uma forma neutra, mas com um aporte específico de análise. Não porque saibamos mais, mas pelas condições objetivas e subjetivas que nos dão nosso trabalho. Nesse sentido há uma especificidade nossa, uma especificidade no sentido de ligar aquela questão particular a um processo global (segundo a proposta de Lênin de vincular a agitação imediata à propaganda mais global). O conhecimento, o trabalho em torno de questões específicas, imediatas, que atinjam a classe trabalhadora, no seu cotidiano, não estão separados dos processos globais.

A teoria, à metodologia e à história deve ser também vinculada a própria prática (o estágio, no caso da Universidade). O atual currículo separa teoria de metodologia e estágio. Para superar esta defasagem é preciso uma articulação de pessoas, de equipes, de projetos e alternativas para estabelecimento de um *movimento* coletivo de alunos, professores e vastos segmentos da sociedade. Não basta só uma reforma interna da Universidade. É preciso que esta reflita a própria sociedade.

### Paulo Netto

Eu chamaria a atenção para duas colocações, que me parecem importantes. A primeira é aquela observação referente à fratura entre teoria e método. Isso realmente é uma constante entre nós. Eu acho que isso não é casual; na verdade, nós recobrimos com um discurso progressista — e eu diria que sinceramente progressista no plano subjetivo — todo um conjunto de procedimentos que não tem nada de progressista. Isso me parece uma das questões sérias que nós temos que enfrentar. A outra observação de Teresa, sobre a qual nós temos que pensar muito, é a referência constante que ela faz ao povo. Isso está um pouco ligado à intervenção do Faleiros. Eu acho que é fundamental este compromisso popular, mas sempre me preocupo

em nos determinarmos precisamente o conteúdo dessa categoria povo. De qualquer jeito, creio que nós temos que matizar e trabalhar muito com isso. Essas duas pontas da intervenção da Teresa, acho que deveriam merecer da nossa parte um cuidado especial.

Vou me deter mais na colocação do Faleiros, porque estou convencido de que ele, como sempre, mexeu na raiz do problema. Em primeiro lugar, quero concordar com sua colocação e concordar enfaticamente em relação à vertente inspirada em Marx de que, diante da vertente do positivismo, ela é de fato uma superação; inclusive tecnicamente esta é a forma correta de se abordar a questão. O que eu tentava chamar a atenção quanto à excludência, é a excludência das posturas; neste sentido eu insisto que é impossível você combinar procedimentos positivistas ou neopositivistas com uma concepção, digamos, marxista. A colocação do Vicente me parece corretíssima, porque de fato o marxismo é, pretende ser e deve ser, uma superação dessas colocações, sobretudo porque elas se embriçaram mesmo no tempo. Há vários exemplos aí. No entanto, a ênfase que dava, ao chamar a atenção para a excludência, era para evitar o ecletismo metodológico. E estou convencido de que no meu texto isso não apareceu claramente; o Vicente tem toda razão em apontar isso aí.

A outra questão que eu também acho que, naquele texto, ficou obscura, ficou ambígua (e a ressalva do Vicente é absolutamente procedente), é quanto à competência. A questão da competência frequentemente vem validar um discurso conservador. Se não precisarmos, como ele fez aqui, nós podemos dar espaço a esse discurso conservador. Agora, eu não tenho a mesma certeza que o meu querido Vicente quanto à questão da colocação da ênfase no problema da luta de classes. Antes que eu seja crucificado, devo dizer que não tenho nenhuma dúvida de que nós devemos ter uma opção clara com relação a ela. Nisso acho que sou muito coerente, tenho até uma opção político-partidária que não é segredo para ninguém. No entanto, penso que há que levar isso com um certo cuidado. Por que eu digo certo cuidado? Por duas razões. Em primeiro lugar, acho que é necessário fazer política nessa profissão e, para chegar aí, um pouco mais de cuidado é necessário. Isso ainda assusta a muita gente. Mas essa não é a razão dominante, há uma razão que é a principal. É que eu estou convencido (e isso remete um pouco a outra observação do Faleiros, quanto à questão da politização) que em certos segmentos mais jovens da profissão, segmentos de alunos, segmentos de docentes e também de profissionais, nos últimos tempos houve uma excessiva radicalização partidária. Não é política, é partidária. Eu acho isso

muito ruim para a profissão. E um pouco do meu texto — com aquela nota que inclusive chamava atenção, e que o Faleiros apontou no texto — refletia um pouco o meu espanto logo que eu cheguei ao Brasil. Eu passei um tempo fora do Brasil, voltei em finais de 79, e logo que me liguei aos profissionais senti, e posso estar enganado nessa percepção, um sectarismo muito grande entre os profissionais mais avançados. Nas áreas, por exemplo, onde eu transitava, esse sectarismo tinha um claro corte político-partidário. Quem não tinha carteirinha de um determinado partido, já estava desqualificado logo no início. Eu acho isso muito ruim para a profissão, e acho ruim porque nós passamos a reproduzir a mesma discriminação de que fomos vítimas em um passado não muito distante. Não questiono, pelo contrário, eu acho que é fundamental a politização; e ainda digo mais, acho que a politização deve passar pelos partidos políticos, embora não exclusivamente. Mas eu acho que se nós tornarmos essa politização exclusiva, nós podemos, primeiro, perder a audiência no corpo profissional que, tática e estrategicamente, não nos interessa. Em segundo lugar, e mais importante, nós podemos desenvolver um sectarismo político-partidário que é muito ruim. E que acho que não é patrimônio nem privilégio de nenhuma das forças de esquerda. Acho que todas elas incorrem nisso, e porque também já fui muito sectário, acho que é importante evitarmos isso hoje. Aprendemos um pouco com a história.

Eu admito, e talvez não tenha sido muito feliz a colocação no texto, que talvez tenha passado a idéia que a politização era perigosa. Não, não é não. O que é perigoso é a exclusão via politização. O campo popular — para pegar uma expressão que Teresita usou, e que o próprio Faleiros chamou de bloco popular — é muito amplo e admite várias expressões políticas. Estou convencido que, no Brasil, hoje, não existe um único partido no campo democrático que expresse a totalidade dos interesses das camadas subalternas. Há um leque de partidos. Se eu começar a fazer do meu ponto de vista político-partidário (que eu o tenho e devo dizer que acho que é o melhor) a única lente para operar no campo profissional, acho que corremos alguns riscos terríveis. Quando digo que nós, essa vasta categoria dos progressistas da profissão, que é um balaio de gatos, não me esqueço de que somos minoria. É bom ter clareza sobre isso.

O corpo profissional é profundamente conservador; se começarmos a nos dividir em A, B, C, vamos nos isolar. Aliás, foi isso que já fizeram conosco no plano político. Nos isolaram, nos venderam, e agora, quando nós conseguimos dar a volta por cima, se

nós patrocinarmos qualquer exclusão, porque o fulano tem um projeto político-partidário A, B ou C, nós corremos um risco muito grave. Da intervenção do Vicente, que foi muito rica, eu estou concordando com quase tudo. Só não vou concordar com uma coisa, para estimular a nossa velha amizade. Eu não tenho o mesmo otimismo que o Faleiros tem com relação à produção do saber. Estou inteiramente de acordo, e acho que foi muito precisa a colocação dele da ciência como instituição, acerca desse enfrentamento que é a produção do saber. Mas eu sou muito cético, e acho que isso daí é remar um pouquinho contra a corrente mais progressista dentro da profissão (a posição que o Faleiros expressa aqui, que é dominante, expressa pelo que há de melhor na profissão, pelo que há de mais progressista) quanto é a idéia de que o povo sabe. Eu tenho muitas dúvidas quanto a isso. Eu estou convencido que há um saber popular, que é aquele com o qual as camadas mais oprimidas, mais exploradas, vão se desvencilhando, se desenroscando. Mas eu estou convencido que há um vetor teórico que não é produzido na vida cotidiana das massas trabalhadoras. Antes que alguém proteste, já vou dizer claramente qual é o meu viés, porque também tenho cartas nas mangas. O meu viés é o seguinte: a consciência da opressão e contra a opressão não brota diretamente nessa luta.

O vetor da consciência é introduzido de fora da fábrica. Os meus companheiros do PT, na sua grande maioria, discordam dessa postura. Eu acho que nós devemos debater sempre em torno disso. Está muito ligado a quê? Está muito ligado à idéia da relação da teoria com a prática. É isso que eu gostaria de enfrentar. O Faleiros foi de uma extrema felicidade aqui, acho que uma formulação brilhante, quando ele diz o seguinte: "O que é teoria? Teoria é crítica e busca do fundamento". Estou convencido que, de forma lapidar, ele disse o que há muito tempo eu venho procurando agarrar. E é isso mesmo. Agora, por causa disso, é que esse vetor teórico não se funde com a prática da profissão. Aquela afirmação de que da teoria sai a prática, não é real. Vocês podem espremer a prática, que não vai sair teoria nenhuma.

Eu não preciso ir longe demais não, vou pegar o exemplo do Faleiros. Ele tem um livro que foi publicado há algum tempo aqui no Brasil, *A política social do Estado capitalista*. Evidente que o Vicente tem uma prática muito grande nisso, no exterior e aqui. A riqueza das determinações teóricas do livro dele não brota dessa prática, vem de uma outra formação. E isso me leva à questão da luta de classes. Evidente que a luta de classes é a protagonista

central de tudo isso que passa aqui, mas se manifesta no campo teórico com tantas mediações que nós temos que trabalhar isso com muito cuidado. Notem: a produção teórica tem por objetivo ser verificada, e verificada na prática. Mas o que entendemos por prática? Se pensarmos exclusivamente as práticas profissionais, sejam dos assistentes sociais ou não, dificilmente nós testaremos alguma coisa aí. Vou dar um exemplo: a própria idéia de luta de classes e a própria luta de classes, percorrem todas as instâncias da nossa sociedade. Onde há um fenômeno social, ele traz em si, nesta sociedade, o selo da luta de classes. Mas eu me indago: este selo aparece igualmente em todas as instâncias sociais? Ele aparece com a mesma força em todas as instâncias sociais? Parece que não. Então, trabalhar esse elemento que jamais poderemos descartar, supõe um leque de mediações efetivas e teóricas tais, que nós freqüentemente nos perdemos. E nos perdemos na prática do assistente social, na prática do médico, na prática do advogado etc. *Essa idéia só pode ser verificada na prática social tomada como um todo*. Ora, se a nossa prática, e isso não é privilégio da nossa profissão, é reconhecidamente micro-métrica, ela é um subnitrato de pó de espirro da realidade. Como é que eu vou querer verificar aí, checar aí, todo um conjunto de idéias, todo um conjunto de noções?

Resgato também da intervenção da Teresita, a idéia da particularidade. O campo da particularidade, que se distingue do da universalidade, do da singularidade, é propício a essas verificações, mas em escalas aproximadas. Isso tudo é para dizer o seguinte: a noção da teoria como crítica e busca do fundamento é essencial para nós, porque, trabalhando com esse desenho da teoria enquanto tal, evitaremos algumas coisas. Evitaremos, por exemplo, cobrir o nosso empirismo com a idéia de que prática gera teoria. Prática não gera teoria, ela pode verificar validade de teorias. A orientação da prática depende de uma teoria que, embora não esteja acabada, que está em movimento, que se altera pelas verificações práticas, é uma teoria prévia à prática. Ela é prévia, ela é um conjunto de determinações que é prévia, é anterior; que evidentemente pode e deve ser refeito. A experiência das ciências é isso, é o reparamento, a revisão, a correção. Toda ciência tem por eixo colocar em questão os seus próprios princípios e os seus fundamentos. Isso evidentemente se verifica na prática social. Eu vou dar dois exemplos — apesar do curto tempo de que dispomos — só para amarrar bem essa idéia.

Um primeiro exemplo bem simples. Vejam vocês, no século XIX, pensando a macroscopia da sociedade capitalista, Marx se atreveu

a algumas previsões. Quase todas as previsões históricas que ele fez não atingiram o alvo. Quase todas as previsões históricas de Marx foram um equívoco. Todas as suas previsões teóricas foram corretas. Há um contra-senso aí? Não, não há contradição nenhuma. É que o âmbito da teoria é necessariamente o âmbito da universalidade. Por exemplo, Marx previu que a chamada composição orgânica do capital ia se alterar brutalmente a partir de um certo patamar de desenvolvimento da acumulação. Já em 1858, ele avançava a idéia da automação. Acertou. Durante cerca de 100 anos, isso passou como um delírio utópico; hoje está comprovado. No entanto, quando ele pensou o *locus* da eclosão da revolução, ele “quebrou a cara”. Era a Inglaterra. O que isso significa? Significa que, quando você passa da universalidade teórica para a particularidade concreta, há um conjunto de mediações que o pensamento não controla inteiramente.

Pensemos a questão que está diretamente ligada a isso, que é a questão da classe, da prática, do cotidiano e da teoria. Eu não sei se vocês têm essa experiência, eu a tive, mas a minha formação foi muito caótica. Eu sempre fiquei sabendo o seguinte: que a teoria de Marx e o marxismo, e essas coisas todas pelas quais lutamos, alguns deram a própria vida, outros experimentaram o exílio, tudo isso brotou e emergiu em estreita ligação com as lutas da classe operária, com a prática política da classe operária na Europa Ocidental. Isso é verdade? Eu estou convencido de que, no limite, isso é verdade sim. Marx seria impensável sem o proletariado urbano europeu, é óbvio. Ele encontrou um sujeito histórico, particular, determinado, concreto, teórica. A grande diferença entre ele e seus precursores é que ele encontrou um sujeito histórico, particular, determinado, concreto, como agente da revolução; foi o proletariado urbano. E ele encontrou esse proletariado nas lutas de 1844 na Silésia, em 1848 em Paris, e todo aquele processo. Mas, por favor, qual é a relação da teoria de Marx — não das propostas de Marx — com a classe operária? Se eu tomo as propostas políticas do *Manifesto comunista* (boa parte delas, no plano de direito cívico, já realizadas pelas democracias burguesas, os direitos de cidadania), entendo a sua relação com a classe operária, com as lutas da classe operária, com o cotidiano da classe operária: era reforma eleitoral, era jornada de trabalho, era previdência e segurança social, tudo bem. Agora, se eu tomo *O capital*, onde é que passa essa vinculação com a prática cotidiana da classe operária? É claro que existe: é o sujeito histórico que está no horizonte; no entanto, a revelação da obra de Marx com a classe operária é que *ela expressa a vontade política da classe operária*, o projeto político da classe

operária. Mas, por favor, expressa este projeto político até *contra as formas de consciência da classe operária*. Para vocês terem uma idéia, o tal pensamento de Marx só começa a conquistar a classe operária por volta da década de 20 deste século. No século XIX, até o seu final, para os segmentos políticos da classe operária, Marx era mais um. Nós temos a visão de que Marx já era o ídolo, o deus da classe operária desde o *Manifesto comunista*. Não tem nada disso não: diante das vanguardas políticas da classe operária Marx tomou pauladas incríveis, foi derrotado várias vezes. Em 1870-71 a classe operária não estava com Marx, estava com Proudhon. Então por onde é que passa esse leque, ou essa amarração da teoria com a prática cotidiana? Marx expressa a vontade da classe operária porque viveu o seu cotidiano? Podia não ter vivido. Isto é mais ou menos visível no plano da postura política, mas não o é no plano de análise teórica. Eu digo isso, porque eu acho que as mediações de classe que devem ser consideradas, são mediações em certos níveis, e sobretudo no teórico, tênues. Na hora que elas esbateram na teoria, elas foram de tal maneira caldeadas, filtradas, refratadas por vários feixes luminosos, que elas esbateram de forma, eu diria, determinante, mas muito páida. Isso quanto à disposição de classes.

Segundo, quanto à disposição da prática. Qual foi a prática que fundou a empresa teórica de Marx? Foi a prática de greve, foi a prática da luta pela jornada de oito horas? Foi. Mas foi muito mais do que isso. Foi o movimento do capital como um todo. E isso não é perceptível no dia-a-dia. Um trabalhador pode ficar 50 anos dentro de uma fábrica e não perceber coisíssima nenhuma da mais-valia, inclusive porque ele não se encontra com ela, ela não lhe dá bom dia. Esse é um conceito estritamente teórico, e notem, isso tem uma série de implicações que não posso desenvolver aqui. Mas apenas chamarei a atenção de vocês para as dificuldades contidas aí; a teoria do valor de Marx. No plano qualitativo, essa teoria me parece indiscutível. Se você tira a teoria do valor da construção teórica de Marx, o edifício todo desaba. Agora, como é que essa teoria, que é uma teoria qualitativa, se expressa quantitativamente? Todos os economistas marxistas sérios que eu conheço, debatem-se para formular a teoria dos preços. Não conseguem formular uma teoria dos preços numa econômica dinâmica. Só conseguem formular uma teoria dos preços quando eles criam a hipótese de que a taxa de mais-valia é a mesma para todos os ramos industriais. Como isso não existe, nunca existiu, só existe no plano da arrumação teórica, eles não conseguem dar conta do movimento de preços da sociedade capitalista. Não conse-

guem, têm 400 explicações. Se você quiser se valer da teoria do valor de Marx para explicar os preços, as dificuldades são enormes. A teoria está errada? Não, não está, ela opera num outro nível, num outro plano explicativo. Isso tudo é para insistir na idéia de que a determinação de classes é de fato importantíssima. Mas ela é um ponto de partida, ela é um elemento que se imbrica com um conjunto de outros elementos que eu me atreveria a dizer, e acho que vamos discutir isso, que são produção sócio-culturais da humanidade, que não têm mais nada a ver hoje com classe. Só para dar um exemplo, a noção de indivíduo não é a de individualismo, a de indivíduo é uma criação burguesa. Pois bem, aquelas pessoas que lutam por uma sociedade diferente, por uma sociedade comunista, vão abrir mão do valor do indivíduo? Evidente que não, e quando abrem, dá no resultado que conhecemos. Então é para amarrar bem, que prática profissional não é o único referencial da nossa intervenção, e a teoria não se gesta, não brota da prática. Ela é um outro nível de conhecimento, que se testa na prática, que ilumina a prática, mas que não emerge da prática. Que tem vinculações com a prática, mas que são vinculações extremamente mediatizadas. Queria deixar isso bem claro, pois acho que isso é um ponto polêmico, bastante polêmico.